

Quem é o sujeito no ОНЈЕР2Е da gramática?

Carme Regina Schons*

Resumo

Este artigo aborda, com base nos fundamentos teóricos da análise de discurso com filiação em Pêcheux, questões sobre o sujeito. Tem como objetivo questionar o ensino de língua portuguesa voltado para a completude, como é o caso do ensino de gramática. De um lado, temos um sujeito centrado, passível de classificações e, de outro, controlado pela língua, pela escola. Para atingir esse objetivo analisa-se uma tira jornalística levando em consideração as condições de produção, a historicidade. Nessa análise uma questão desponta, aquela que reporta à relação estrutura e acontecimento, o que remete a diferentes posições-sujeito sobre a reprodução do mesmo. Ainda, ao analisar como ocorre a divisão de trabalho e os efeitos ideológicos, a escola é um dos lugares de produção e de reprodução de saberes acerca da língua. Observamos também a constituição do sujeito na trama discursiva evidenciando efeitos de sentido múltiplos.

Palavras-chave: Língua. Escola. Sujeito. Ideologia.

Sobre a questão do sujeito

Discorrer sobre o sujeito que é controlado pela língua, pela escola, pelo corpo social, incentiva-nos a pensar sobre a divisão de trabalho e sobre o funcionamento da estrutura da língua. Tendo em vista as tendências e as relações de forças contemporâneas no que diz respeito ao ensino de língua na escola, a divisão de trabalho representa uma tentativa de furtar e/ou manter os sentidos há muito estabilizados em torno da gramática. A reprodução do mesmo, por mais que se pareça avançar, é um efeito de evidência.

Numa perspectiva discursiva, a relação discurso e ideologia implica um terceiro componente: o sujeito. Neste estudo, no que concerne às questões sobre o sujeito, leva-se em conta a luta por lugares na e fora da escola, não apenas enquanto categoria gramatical.

* Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso (Gepad - RS).

Ao retornarmos aos escritos de Foucault (1995) e Pêcheux (1990; 1995), foi possível pensar num sujeito que se estrutura, se preenche e se esvazia, que se exprime e se cala. A partir daí, com vistas a refletir sobre a produção de estudos gramaticais do tempo presente, no que concerne ao controle que exerce a escola sobre os usos da língua, abordaremos a problemática do sujeito que tem de se espelhar em uma gramática para poder se expressar. Mas quem é esse sujeito senão um efeito de ilusão?

Nesse ponto, o sujeito conduzido “livremente” a fazer uso de uma língua perfeita e sem falhas, que não a sua, torna-se estrangeiro a si mesmo. Logo, numa perspectiva discursiva, é preciso transformar os meios de (re)produção, aproximando mais academia e escola, e repensar, inclusive, o modo de ensinar gramática. Em síntese, a língua é capaz de falha. Esta falha é constitutiva da ordem simbólica, e o equívoco é a inscrição da língua (capaz de falha) na história, que se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente.

Com base na problemática explicitada e nas questões levantadas, desenvolvemos a análise de uma tira jornalística, refletindo sobre em qual língua ela deve ser pensada e trabalhada na escola. Para tanto, a teoria que fundamenta este trabalho é a análise do discurso, em cujo âmbito o conceito de sujeito está relacionado aos de historicidade e de ideologia. A análise demonstra que um estudo discursivo de língua possibilita o ensino da sintaxe, que relaciona estrutura e acontecimento.

Gramática: conceitos e procedimentos metodológicos

Talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento. Talvez, o objetivo, hoje em dia, não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser... (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Gostaríamos de poder escolher o não falar. Discorrer sobre o uso da gramática sem levar em conta o político e o social, o desprezo por uma maioria que fica à margem da escola e que está longe de ver respeitada sua condição humana é, no mínimo, constrangedor. Por outro lado, a insidiosa insistência em manter o controle do sujeito pela língua, pela escola, pelo corpo social incentiva-nos a continuar a pensar sobre o tema e sobre a especializada divisão de trabalho, que tem como consequência a “mutilação do corpo”, que estrutura a existência de um ser: a língua.

Nesse ponto falamos dos discursos sobre o ensino de língua portuguesa em geral, os quais têm ido sempre na mesma direção: a do descontentamento e da completude, que busca um sujeito, conduzido “livremente”, a investir numa língua perfeita, sem falhas, que não a sua, tornando-o estrangeiro a si mesmo. Logo, não vamos falar de um sujeito de classificação sintática. Nosso objeto de estudo é um sujeito construído no espaço escolar, espelhado em normas gramati-

cais, mas que pode ser repensado num espaço discursivo.

Quando falamos em gramática neste estudo nos referimos aos pressupostos da gramática de uso, da reflexiva, da teórica e da normativa, segundo Travaglia (1996). Tais tipos de gramática nos levam a questionar: 1) Até que ponto o sujeito está certo quando afirma que não gosta de estudar a própria língua e a acha difícil? 2) Quais são as normas para o (correto) uso da língua ao falar e escrever? 3) A resposta a esse problema não implicaria mudança de postura da escola e dos professores, sobretudo mudança do conceito de língua? 4) A saída seria excluir a gramática e trabalhar leitura e produção textual? 5) Quanto se deve investir, para transformar os meios de (re)produção ao se trabalhar a gramática?

Bakhtin (1995, p. 93) observa que os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada, isto é, “a língua não pode ser ensinada, aprendida. O sujeito não a utiliza, mas nela mergulha”. Mais adiante, na mesma obra, critica os métodos tradicionais da linguística, principalmente os do *objetivismo abstrato*, e afirma que o pensamento linguístico contemporâneo “só é capaz de ler os outros fenômenos da língua através das lentes das formas fonéticas e morfológicas”. (p. 139). O autor prossegue:

Entretanto, os problemas de sintaxe são da maior importância para a compreensão da língua e de sua evolução, considerando-se que, de todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se aproximam

das formas concretas da enunciação, dos atos de fala. Todas as análises sintáticas do discurso constituem análises do corpo vivo da enunciação; portanto, é ainda mais difícil trazê-las a um sistema abstrato da língua [...] um estudo fecundo das formas sintáticas só é possível no quadro da elaboração de uma teoria da enunciação. (BAKHTIN, 1995, p. 139-140).

A partir do funcionamento da língua em situações de enunciação, pela análise a seguir estabelecemos uma relação entre o sujeito gramatical, o sujeito discursivo e o sujeito que tem de se espelhar numa gramática para poder falar. Na perspectiva discursiva, é preciso escapar da imagem de que a relação entre sujeito e predicado equivale à relação entre algo do mundo e o que se diz desse algo. A língua não se confunde com a gramática.

No princípio, era só Deus, Adão, Eva... e o que mais?

Agora a realidade é outra: temos os americanos, a ciência e o “sujeito” – este homem faltante.¹ Em relação ao sujeito inconsciente, a falta é constitutiva, pois, conforme Leandro Ferreira,

se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva. A falta é, então tanto para o sujeito quanto para a língua, o lugar do possível e do impossível (real da língua); impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado. (2005, p. 71).

Para falar sobre “Gramática: conceitos e procedimentos metodológicos” insistimos sobre o que responderia, em primeira instância, à pergunta acima: os pecados (falhas) e o sujeito que os comete. Para falar sobre este sujeito recorreremos, inicialmente, a Pêcheux (1995), que não aceitava a concepção de um sujeito cartesiano, sujeito do cogito, que circulava nas ciências humanas. Este foi um dos motivos que o levaram a propor uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações do “pensamento” nos processos discursivos.

Em sua teoria, Pêcheux (p. 127) critica as abordagens idealista e logicista, chamando atenção para o “mito continuísta empírico-subjetivista”. Entende que, “a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (ligado a seus preceitos e noções), efetua-se um apagamento progressivo da situação por uma via que leva ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”. Afirma ainda:

- a. Uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, “o sujeito” ideológico como sempre já-dado.
- b. A teoria materialista não pode dispensar uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade.
- c. O domínio teórico deste trabalho se encontra determinado por três regiões interligadas: subjetividade, discursividade e a descontinuidade ciências/ideologias.

São essas relações, no interior das quais se constitui o objeto do presente trabalho, uma abordagem teórica materialista da entrada, com toda a força, de outro sujeito: o sujeito faltante. Uma das marcas desse sujeito é ser clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais, ou seja, o sujeito é aquele lugar entre a linguagem, a ideologia e o inconsciente. (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 71-72).

Em outras palavras, ao procurar estabelecer uma teoria não subjetivista da subjetividade, Pêcheux (1995) propõe que a AD (escola francesa) trabalhe com um sujeito atravessado pelos efeitos ideológico e inconsciente. “O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isto tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.” (p. 188).

Portanto, é inconcebível pensarmos em sujeito espelhado em normas gramaticais sem considerar a ideologia e o inconsciente que produzem efeitos sobre ele, pois é por meio desses componentes que o sujeito *se estrutura*. O sujeito *constrói* uma imagem de si, assim como *constrói* uma imagem do outro. E a maneira de se inscrever nos enunciados que produz encontra-se associada a essas formas de representação.

Em síntese, uma vez interpelado em sujeito pela ideologia, num processo simbólico, enquanto sujeito determina-se pelo modo como na história terá sua

forma individualizada, concreta: no capitalismo, que é o caso presente, assumirá a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e dos outros homens. Nesse passo, fica pouco visível sua constituição pelo simbólico, pelas ideologias. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado é justamente o simbólico. O histórico e a ideologia tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. (ORLANDI, 2005, p. 105-107). Fundamentados na problemática explicitada e nas questões levantadas, pretendemos desenvolver

uma análise sobre qual língua deve ser discutida na escola e como ela deve ser trabalhada.

Para tanto, tomamos como exemplo (1) um texto do gênero tira do site: <http://tirasnacionais.blogspot.com/>, de Rodrigo Leão, postado no blog no dia 30 de setembro de 2008. Como já referimos, a teoria que fundamenta as análises é a análise do discurso, na qual o conceito de sujeito está implicado nos de historicidade e ideologia. A análise demonstra que um estudo discursivo de língua possibilita o ensino da sintaxe, que relaciona estrutura e acontecimento. Assim, em (1) temos o seguinte texto:



Série “Tiras Sagradas”. Engana GOOGLEIRO: Deus + criador + céu e terra.

As tiras, editadas em capítulos, vêm numeradas e são publicadas na coluna de terça-feira. Se observarmos o texto da tira, notamos aí os primeiros elementos para pensar sobre a questão do sujeito, uma vez que há um sujeito da vontade (“quis”) e um sujeito da ação (“criar”,

“fez”, “viu” e “criou”). Numa perspectiva de gramática teórica, que dá ênfase à metalinguagem e à teoria que conduz à metalinguagem, analisamos “Deus” como sujeito tanto do verbo querer, da primeira oração, quanto do verbo criar (de ação) da segunda oração, que com-

pleta o sentido da primeira, pois é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, reduzida de infinitivo.

Por sua vez, na perspectiva de gramática reflexiva observamos que “Deus” – o sujeito das duas orações – ocupa sempre a mesma posição em todas as frases da tira, isto é, posposto ao verbo. Sabemos que, na ordem direta da frase, esse elemento sintático precede o verbo. Poderíamos discorrer longamente sobre tal inversão e pensá-la na perspectiva de outras situações de linguagem. É importante lembrar que, na perspectiva gramatical, a língua continuaria sendo tratada apenas como um instrumento de comunicação; por isso, nada haveria de estranho se confundíssemos o lugar sintático ocupado por “Deus” com o lugar de objeto.

No entanto, numa perspectiva discursiva existe a possibilidade de identificar o sujeito da oração de cada verbo e, também, de observar as relações diversas entre sujeito dos verbos, visto que a tira jornalística pode facultar as variedades de emprego da língua. A posposição do sujeito ao verbo não determina apenas uma inversão dos lugares sintáticos na estrutura. Trata-se de um rompimento da ordem direta, e nesta estrutura emerge o sujeito da resistência que joga com a língua. Voltando ao livro do Gênesis, notamos que o narrador, na tira, procede a algumas substituições. Vejamos:

- (1a) No princípio **quis** Deus **criar** o céu e a terra...
- (2) “No princípio **criou** Deus os céus e a terra” (Gn. 1:1).

A inserção do verbo “quis” em (1a) dá as mesmas condições de preenchimento de lugar sintático de sujeito que em (2), com o verbo “criou”. Em uma abordagem discursiva, porém, não devemos pensar o sujeito no limite da estrutura da frase, porque vemos que há aí a forte presença de um sujeito-autor responsável pelo dizer, que mobiliza elementos linguísticos, seguindo uma determinada ordem e também encaminhando uma certa organização. As condições de emprego da palavra “Deus” já não são as mesmas. Na forma tradicional (ou pseudomoderna) de ensinar gramática, com certeza, ficaria de fora no estudo da língua a reflexão sobre ideologia. Consequentemente, a tira jornalística seria explorada como pretexto. Todavia, é preciso pensar a interpretação, o posicionamento, o cruzamento da língua com a história, o que, como sabemos, não acontece na prática.

No movimento da língua com a história é dada a perceber a irrupção do sujeito-autor no discurso que materializa, linguisticamente, aquilo que deseja manter em suspenso e que pode vir a ser pensado pelo leitor, tal como a história da criação do mundo e o entendimento que ele fez dela. No exemplo em questão, há deslizamento em relação ao acontecimento “criação do mundo”. O fato de haver “Deus” pensante e não simplesmente criador – embora seja perfeitamente lógico considerar que Deus tenha pensado antes de realizar a criação –, “Deus”, sujeito do narrado em (1a), possui uma

mente semelhante à humana, com capacidade de planejamento, porque muda o curso da invenção divina e, espantosamente, pode fazer sua criação do bem ou do mal. Reforça nossa linha de raciocínio o texto bíblico, conforme exemplo (2), em que um dos complementos carrega a marca plural “céus”, o que não acontece no texto de Rodrigo Leão, que vem sem a marca plural.

O deslizamento na matriz do sentido, embora tênue, permite-nos afirmar que nos dois exemplos o sujeito é criador, porém não há neles os mesmos sentidos para criação. Equivale a dizer: o sentido que “céus” assume no efeito criação é diferente do de morada de Deus e dos anjos, mas é o firmamento ou a abóbada celeste na qual aparecem as estrelas. Logo, o funcionamento da palavra “céu” no singular, da tira de Leão, refere-se a morada, lugar de; nesse caso, em oposição à Terra, teremos não mais o céu, mas inferno na Terra.

A partir disso, observamos a imagem do sujeito na tira (ou o sujeito-imagem) como produto de mais-valia, conforme a visão marxista, pois vem representado na figura de homem. Neste caso, “Deus” não só é criador do mundo, mas também o responsável pelo inferno e pelas “pragas” existentes neste mundo. E aí não estamos mais falando de um ser celestial, mas de “deus-homem”, já que a fala dos dois sujeitos, pelo discurso direto, separam-se e se (con)fundem no interior do próprio texto, que segue uma determinada regularidade do narrado no *Gênesis*.

No narrado (1a) está a representação da voz de “Deus”, do divino, que é aquele sujeito falado na religião. Na voz do personagem há a representação da voz de “deus-homem” – o criador –, no caso, poderia ser o sujeito da ciência: Darwin, Eistein, por exemplo, ou fabricantes de armas. No texto-imagem há a representação de “deus-homem”, o estrategista, o dominador, o criador do inferno e responsável pela guerra, pela exploração do petróleo e pela destruição ambiental. Neste caso, o sujeito do discurso citado e o sujeito da imagem assumem valor negativo na história contemporânea. Em ambos aparece a avaliação desses sujeitos e, no efeito-autoria, há desaprovação; há crítica ao comportamento do homem moderno.

No caso do texto-imagem, a designação “war” tanto pode ser entendida como jogos de guerra, nos quais o jogador deve se valer de estratégias para dominar os outros países, quanto pode servir de sustentação à presença do americano no mundo, em especial um americano: Bush, responsável pela “(re)invenção” de um outro mundo. Mas que tipo de encaminhamento podemos fazer a partir de uma palavra em inglês no início da tira que indica guerra? Talvez, a fusão/articulação de três sujeitos: o da religião, o da ciência e o das superpotências (econômicas).

Convém notar que a criação de “tudo”, realizada tanto por “Deus” quanto pelas mãos de “deus-homem”, e de “tudo” pelas mãos dos americanos (leia-se Bush) põe

em discussão os modos diferentes de evolução das criaturas (das espécies). A “seleção natural” ocorre de forma “desigual-contraditória”, e as relações são, nos três planos do texto, de subordinação. No primeiro plano, a seleção natural depende dos desígnios de “Deus”; no segundo, a explicação de tal seleção decorre dos avanços científicos à medida que surgem, podendo tornar resistente a espécie e, em condições de sobrevivência, até os mais fracos (os doentes, os deficientes...) podem resistir ou morrer; no terceiro, a seleção natural decorre dos dois casos acima, mas também questiona a hegemonia econômica e política de alguns países. E então, os economicamente mais fortes sobrevivem. No entanto, a que custo!

Mas por que “Deus” e Darwin perderiam a força nesta tira jornalística? Porque, “graças a Deus” (ou ao diabo que criou o inferno), há os americanos e Bush. Assim, “Deus” perderia a força porque a Terra foi transformada pelo homem, e o céu (no singular), como observamos no primeiro balão (*essa merda*), é tomado pelo homem, pelas explosões das armas não mais de brinquedo, mas de guerra. Darwin também perderia a força, porque sua teoria não é capaz de prever os resultados dessa “seleção natural” (leia-se guerra). Então, os americanos passariam a estrategistas, porque sempre “criam” um modo de dominar os países e de garantir saldo positivo, ou seja, se a negociação entre os envolvidos não acontece, é só financiar, invadir e promover a guerra.

Se considerarmos que a leitura tem uma dimensão irruptiva e tanto articula quanto desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabre a possibilidade para a produção de outros sentidos.

No texto em questão, o modo como as falas vêm marcadas, de acordo com Pêcheux e Orlandi, já revela um gesto de interpretação. O discurso tomado na sua própria ordem, realizando-se na língua, na ordem do enunciável,² movimenta as fronteiras, os espaços discursivos, e as transgressões na língua tornam-se inevitáveis. Entendem Gadet e Pêcheux (2004) que “o real da língua se inscreve dentro da disjuntiva principal entre a noção de uma ordem própria, imanente à estrutura de seus efeitos, e a de uma ordem exterior que se revele a uma dominação que há de se conservar, restabelecer ou demolir ou aniquilar”. A forte presença de um sujeito afetado por essas injunções históricas incide sobre o sujeito do discurso.

Voltando ao enredo teórico

Depois do “pecado” (do sujeito) retomado nos estudos da AD e na psicanálise, no ensino de gramática fica só um sujeito desejante... Gostaríamos de destacar, para concluir, o lugar concedido ao sujeito na análise e dizer que um estudo do sujeito de ordem puramente gramatical encontra seus limites. O “sujeito” – um homem faltante que comete pecados (falhas na língua) – numa abordagem

teórica materialista é inconsciente e ideológico. Portanto, é impossível entender um sujeito espelhado em normas gramaticais do modo como se pretende na escola.

A maneira de o sujeito se inscrever nos enunciados que produz, conforme nossa análise numa perspectiva marxista-leninista, nos convence de que toda proposta de transformação para o ensino de gramática será apenas maquiagem se não pensarmos o sujeito a partir do embate entre duas concepções: o sujeito da interação (que tem aparecido como possível substituto do sujeito ideal) e o sujeito ideológico. É preciso pensar também o choque entre as duas concepções de língua: a língua do uso (que tem aparecido como substituta da língua ideal) e a língua como constitutiva do sujeito e como lugar de equívoco – justamente para que haja movimento na própria língua e para que o sujeito possa falar.

Vimos que o sujeito que interessa ao estudo discursivo não é analisado apenas como novas formas de interação entre os sujeitos, como propõem alguns gramáticos, mas como efeito, que é o sujeito da interpelação, da injunção, da interdição, da falha, da resistência.

No momento de concluir, questionamos se o trabalho foi suficiente para mostrar o que fazer para dar conta do sujeito espelhado pela escola em regras gramaticais.

Dias (2005) trabalha aspectos fundamentais da relação entre modos de enunciação e textualidade em textos de provérbio e de publicidade, na perspec-

tiva da semântica do acontecimento. O autor observa os lugares sintáticos de sujeito e objeto pelas determinações de ordem enunciativa, diferenciando seu trabalho das noções correntes em abordagens formalistas e funcionalistas, tendo em vista que as regularidades de domínios de referência e as condições enunciativas de ocupação dos lugares sintáticos garantem a textualidade. Isso nos parece ser o início de uma boa saída para a questão sobre o sujeito discutida neste texto.

Retornando ao escrito da tirinha do gênero jornalístico, observamos substituições em relação ao texto do Gênesis. Conforme Dias (2005), podemos afirmar que o “tudo” abrange toda a obra de Deus, inclusive o que há de bom e ruim, e “algo” projeta a existência do homem e da mulher, mas retoma também a ideia de incompletude (homem e mulher) e de consequência por “Deus” ter criado o homem e a mulher (o pecado). Nesse caso, no entendimento sobre “tudo” e sobre “algo” entra a função do leitor, que não deixa de ser um sujeito desejante, com sua própria história e ainda afetado pelo simbólico.

A “maçã” leva ao reconhecimento da autoria do “pecado” – Adão e Eva –, que retomam a ideia de um produto com valor de (in)utilidade; por isso, não só o fruto proibido, mas o objeto de desejo (o outro), historicamente, passa a ser mercadoria de troca, permutada por uma outra mercadoria (produto), gerada por outro produtor: a saciedade e o prazer. Pela possibilidade de troca, cada mer-

cadoria passa a ter um valor, que pode ser calculado, por exemplo, não só pelo tempo despendido em sua produção ou pela sua utilidade, mas também pela intensidade do prazer e pela completude. Dessa maneira, “os produtos da criação divina, assim como da criação de “deus-homem” ou do homem e da mulher se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.” (MARX, 1968, p. 81).

Com base no recuperado pelo interdiscurso³ do trecho bíblico, o discurso (a representação da fala de “deus-homem”) revela um sujeito que vem marcado por críticas, condenações, e que está dividido, clivado; que é capaz de questionar, autocriticar e condenar-se.

A interferência do “deus-homem” na criação divina, os elementos verbais e não verbais indicam a imitação de Deus pelo homem, seja criando, seja modificando a vida na terra. Nesse caso, elementos referenciais como a lâmpada, criada pelo homem, as guerras, também inventadas pelo homem, e os retoques na natureza (como no vulcão ou no petróleo) reforçam a tendência de o homem cair no pecado.

Aqui vale questionar: qual o resultado da interlocução entre o sujeito do narrado (bíblico), o sujeito da fala (discurso direto) e o sujeito representado no texto-imagem?

No 1º Quadrinho: Deus é o sujeito criador do céu e da terra, e o homem é o sujeito faltante da criação das guerras.

No 2º Quadrinho: Deus é o sujeito criador da terra, da natureza, e o homem deixa de ser criador/imitador e passa a destruidor.

No 3º Quadrinho: Deus é o todo-poderoso, o criador de TUDO para o homem; mesmo assim, o homem precisa buscar humor para continuar a viver no mundo, porque não o acha divertido, e o homem precisa dele para se divertir.

4º Quadrinho: Deus é o sujeito criador do homem e da mulher para povoar o mundo de seres semelhantes a Ele. Todavia, o homem fez da criação a origem do pecado. Esta diferença vem marcada na língua pelo funcionamento do “mas”, pelo funcionamento de “então” no texto bíblico e de “a fim de” no texto de Leão.

Se, por um lado, a memória⁴ sustenta o dizer sobre a criação do mundo como algo já-dito e evidente; por outro, a lembrança de como essa criação é realizada faz soar estranha sua presença nos discursos jornalístico, científico (citado na tirinha) e midiático (jogos eletrônicos) e estatal (dos americanos). Construímos a ilusão de que os limites dos discursos (religioso, jornalístico, científico) serão mantidos. Esse efeito de evidência do sentido e do sujeito se dá via FD, que é a delimitação, de acordo com uma posição ideológica, dos sentidos e dos sujeitos.

Seguindo a terceira modalidade de funcionamento subjetivo, nas elaborações teóricas de Pêcheux em *Semântica e discurso* funcionaria a partir de uma desidentificação em relação à formação discursiva com que o sujeito se encontra anteriormente identificado. A nomeação

faltante, neste texto, está para esta modalidade, que vai da identificação, passa para a contraidentificação e vai até a desidentificação. O que interessa ressaltar nessa terceira modalidade é o cunho marxista-leninista da teoria materialista proposta por Pêcheux (1995).

O sujeito faltante age de tal forma no discurso que sua função é desestabilizar o logicamente estabilizado; é romper e, assim, deslocar sentidos. O sujeito do discurso, ao sentir necessidade de uma resistência, desvencilha-se de todo da matriz de sentidos das formações ideológicas dominantes, no entendimento de Pêcheux ([1975] 1995), por meio de uma prática política. Tal prática, que funciona pelo processo de desidentificação, é uma tomada de posição não subjetiva, o que, segundo o autor, permitiria escapar às evidências da ideologia dominante.

Concluindo, notamos que esses efeitos também se fazem presentes quando trabalhamos gramática na escola. As decisões sobre “o quê” e “como ensinar” nas aulas de língua portuguesa não são alheias à nossa prática política. O “jogo de cintura” do professor em relação ao tratamento que se deve dar à infração à regra gramatical, de acordo com o percurso deste artigo, também é uma prática política, porque a falta como constitutiva da língua que se trabalha/ensina é um traço próprio à organização singular da língua.

Qui c'est le sujet dans le miroir de la grammaire?

Résumé

Cet article s'aborde, sur base des fondements théoriques de l'analyse de discours avec filiation dans Pêcheux questions sur le sujet. Il a comme objectif interroger l'enseignement de langue portugaise tourné pour completeude, comme est le cas de l'enseignement de la grammaire . D'un côté, nous avons un sujet centré, susceptible aux classifications et d'autre, contrôlé pour la langue, pour l'école. Pour atteindre cet objectif une bande dessinée journalistique est analysé, prenant en considération les conditions de production, l'historicité. Dans cette analyse apparaît, cela qu'indique aux structures de relation et l'événement, ce qui envoie aux effets idéologiques différents, l'école et une des endroits, de production et de reproduction de savoirs au sujet de la langue. Nous avons observe aussi la constitution du sujet dans la trame discursif faisant la preuve des effets de multiples de sens.

Mots-clés: École. Langue. Sujet. Idéologie.

Notas

- ¹ De acordo com Pêcheux (1983/1995), “só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura: o que falta é essa causa, na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.). no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/nonsens do sujeito dividido. Nesse caso, as falhas, no ritual de interpelação ideológica, indiciam um sujeito dividido, que se manifesta por lapsos e atos falhos, por meio dos quais resiste”.
- ² Ao enunciável correspondem a materialidade linguística e a historicidade, ou seja, a materialidade histórica.
- ³ Para Pêcheux ([1969]1993, p. 167-68), o interdiscurso pertence às condições de produção; é uma infinidade de outros discursos já ditos, ou seja, um discurso remete sempre a outro com o qual dialoga, identificando-se com ou a ele se contrapondo. Como todo discurso remete a outro discurso, no processo histórico as formações ideológicas podem desaparecer para reaparecer mais adiante, agora reapropriadas por outras formações ideológicas, as quais, por sua vez, vão determinar novas formações discursivas. O interdiscurso representa o universo de formulações possíveis, que, por meio da memória discursiva, retorna no dito como a base que o sustenta. Em outras palavras, o interdiscurso e a memória discursiva retomam sentidos já existentes, ideologicamente determinados e já sabidos pelo sujeito. Associada a essa noção de interdiscurso há a do intradiscurso, que representa a superfície discursiva, a materialidade do interdiscurso, a forma como os elementos do saber armazenado são linearizados.
- ⁴ A memória discursiva representa as significações trazidas à tona no momento em que o discurso é produzido e o constituem, dando-lhe as referências que irão estabelecer os encadeamentos de sentido.

Referências

- BAKHTIN, M. (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. de Pe. Antônio Pereira Figueiredo. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, [s. d.]. p. 13-14.
- DIAS, L. F. Textualidade e gramática; relações em construção. In: RÖSING, Tania,

M. K.; SCHONS, C. R. (Org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo, 2005. p. 30-41.

DIAS, L. F.; FERREIRA, R. dos Santos. Enunciação e referência pronominal: uma análise de charges jornalísticas. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 255-273, jul./dez. 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

LEANDRO FERREIRA M. C. Linguagem, ideologia e psicanálise. *Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 1, p. 69-75, jun. 2005.

LEÃO, R. Deus + criador + céu e terra. In: Engana Googleiro. Noisnatira.com, 30 de setembro de 2008 (Série Sagradas Tiras).

MITTMANN, S. Formação do leitor: o que o ensino de gramática tem a ver com isso? In: CAZARIN, E. A.; RASIA, G. dos Santos (Org.). *Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. (Coleção Linguagens).

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas. Ed. Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.